

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual
/ Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-627-0

DOI 10.22533/at.ed.270200112

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Gênero sexual.
4. Diversidade sexual. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substancialmente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (Paulo Freire)

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Enraizado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re) produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão. Educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os sujeitos. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos espaços e das relações sociais se encontra permeada de questões, contudo, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advém de diferentes espaços socioculturais.

As pessoas têm direito ao acesso ao conhecimento, numa permanente reflexão crítica, o que lhes possibilita avaliarem, analisarem o seu cotidiano, as suas ações e atitudes. Porque sem o acesso ao conhecimento científico não podemos ser sujeitos críticos, a educação sexual emancipatória e as teorias do pensamento crítico, pois não temos como ser críticos se formos orientados e pautados em equívocos teóricos, em erros e mentiras nas práticas vivenciadas. A partir das análises dos documentos em sua totalidade, foi registrado, a cada instante, o respaldo que a educação sexual emancipatória e uma ação pedagógica críticoreflexiva recebem desses documentos oficiais, assim como o amparo legal que docentes possuem de maneira direta ou indireta, para realizarem intervenções sobre a temática sem medos, repressões ou perseguições. Desta forma, as reflexões sobre os documentos oportunizaram observar sua potencialidade, bem como registrar algumas lacunas que podem ser reestruturadas partindo do que registramos esta pesquisa. E, assim, podemos afirmar a preocupação de ambos os documentos analisados nos aspectos da saúde humana para a vida com qualidade, com proteção e preservação à natureza e à vida humana, englobando uma visão de ser humano em sua inteireza, no mundo, junto aos outros seres.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Silmário Batista dos Santos

Célio Marcos Colombro Molteni

Fabricio Augusto Correa da Silva

Vaquiria Nicola Bandeira

Antonio Marcos Vanzeli

Débora Fernandez Antonon Silvestre

Melissa Camilo

Debora Cristina Machado Cornélio

DOI 10.22533/at.ed.2702001121

CAPÍTULO 2..... 15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas

Amanda Dacal Neves

Ana Beatriz Sousa Nunes

Eveliny Silva Nobre

Heloise Agnes Gomes Batista da Silva

Ilka Maria de Santana

Inalda Juliani Ferreira dos Santos

Joana D'arc Tavares do Nascimento

Jeniffer Emidio de Almeida

Luis Felipe da Silva Medeiros

Marcella Brianni de Araújo Gomes

Nathalia Nascimento Gouveia

Maria Ramona da Penha Carvalho

Shelma Feitosa dos Santos

Tayanne Kettyne Silva Santos

Victor Hugo Silva de Lima

DOI 10.22533/at.ed.2702001122

CAPÍTULO 3..... 24

CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA

Isael Cavalcante Silva

Ivanete Silva de Sousa

Francisca Francimar Araújo Pinheiro

Maria Conceição Batista de Oliveira

Vitória Kísla Brasil Barros

Elisabeth Soares Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2702001123

CAPÍTULO 4.....	31
ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA	
Elvira Simões Barretto	
Lenilda Inácio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2702001124	
CAPÍTULO 5.....	44
A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza	
Samya Cotta Brandão Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001125	
CAPÍTULO 6.....	57
CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001126	
CAPÍTULO 7.....	72
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR	
Gislene Quaresma Oliva	
Maria da Luz Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001127	
CAPÍTULO 8.....	83
PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+	
Lara Muniz Araujo	
Isabella Perrotta	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2702001128	
CAPÍTULO 9.....	96
PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001129	
CAPÍTULO 10.....	107
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE	
Nelmires Ferreira da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.27020011210

CAPÍTULO 11 118

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Maria da Luz Alves Ferreira

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.27020011211

CAPÍTULO 12 130

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011212

CAPÍTULO 13 137

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011213

SOBRE A ORGANIZADORA 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 14/10/2020

Guélmér Júnior Almeida de Faria

Universidade Federal de Viçosa, Programa de
Pós-Graduação em Economia Rural
Viçosa-MG
<https://orcid.org/0000-0003-2089-3064>

Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0003-2586-4043>

RESUMO: O artigo procura evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas por mulheres rurais que migram para as cidades em busca por trabalho e consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade experienciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo. Através de uma abordagem qualitativa e por meio de um debate importante sobre trabalho/gênero, relacionado a

uma pesquisa de campo. A técnica de pesquisa utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes. Recorre-se à teoria da interseccionalidades, com vista a explicar os fatores que podem vulnerabilizar às mulheres-migrantes-domésticas no domínio das relações do trabalho. Verificam-se como as interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres podem vislumbrar uma maior capacidade de agência (possibilidade de ação do sujeito) e contribuir como ferramenta analítica para a compreensão da articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades, Trabalho Doméstico, Migrações Rurais-Urbanas, Mulheres, Interseccionalidades.

AN ANALYSIS OF INTERSECTIONALITIES FROM WOMEN WHO MIGRATE INTERNALLY TO WORK AS DOMESTIC

ABSTRACT: The article seeks to highlight domestic work as a manifestation of the sums of inequalities experienced by rural women who migrate to cities in search of work and we consider that the analyzes performed favor the clarification to deal with a relevant aspect of the Brazilian rural-urban context that is linked the difficult reality experienced by hundreds or thousands of women from the countryside. Through a qualitative approach and through an important debate on work / gender, related to field research. The research technique used is that of participant observation based on in-depth interviews and contact with informants. The

theory of intersectionality is used, in order to explain the factors that may make women-migrants-domestic workers vulnerable in the field of labor relations. It is verified how the intersectionality of rural-urban migrations of women can envision a greater capacity for agency (possibility of action by the subject) and contribute as an analytical tool for understanding the articulation of multiple differences and inequalities.

KEYWORDS: Inequalities, Domestic Work, Rural-Urban Migration, Women, Intersectionality

1 | INTRODUÇÃO

Pensar como na atualidade a centralidade do trabalho doméstico para as mulheres carrega os meandros da expressão das desigualdades. O trabalho doméstico retrata uma complexidade experienciada por classe, raça, gênero que se sobrepõe as dimensões do controle da vida das mulheres e a emergência das desigualdades estruturais perpetuadas. Apesar das mudanças observadas na diminuição do trabalho infante-juvenil, da metamorfose das relações de trabalho (mensalistas que dormem no domicílio a diaristas), envelhecimento profissional da classe, redução da idade para ingresso nesta atividade, maior qualificação das mulheres, entre outras, o trabalho doméstico segundo Bernardino-Costa (2015, p. 147), “ainda continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, especialmente mulheres negras”.

De acordo com a 99ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010, p. 1), “o trabalho doméstico é uma significativa fonte de ocupação para muitas mulheres no mundo e porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres mais pobres sendo negras, em sua maioria”.

Segundo a 99ª Conferência Internacional do Trabalho/OIT (2015, p. 2), “a demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido em todas as partes do mundo, na América Latina e Caribe, 14 milhões de mulheres são trabalhadoras domésticas sendo esta a profissão que mais ocupa mulheres na região (14% da ocupação feminina)”. O relatório indicou que no mundo existem cerca de 52,6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico. No entanto, também alerta sobre a dificuldade para recolher números e dados sobre uma ocupação que se realiza a portas fechadas e recorda que segundo estimativas da própria OIT o número poderia ser de até 100 milhões de pessoas no mundo.

E pensando numa sociedade como a brasileira, onde há anos este serviço esteve à franja do mercado, em constante oscilação, nota-se uma transformação gradual dentro da própria categoria “doméstica”. O aquecimento do mercado de trabalho, crescimento econômico e dinamismo da economia, geraram novos postos de trabalho, como as empresas de telemarketing, que mesmo se configurando em outra forma de precarização de trabalho têm recebido esta mão-de-obra (FARIA;

MACEDO, 2013, p. 21).

Uma das explicações está ligada ao reconhecimento da atividade, a ampliação do mercado de trabalho e uma maior qualificação das mulheres (FARIA; MACEDO, 2013, p. 22).

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2015), o contingente de trabalhadores domésticos voltou a aumentar no início de 2015 no Brasil. Ao todo, 6,019 milhões de pessoas estavam nesta condição de ocupação no primeiro trimestre deste ano, contra 5,929 milhões em 2014. A formalização de fato aumentou em um ano. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada subiram para 32,3% no primeiro trimestre de 2015, contra 31,5% de 2014.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2015) percebem-se mudanças crescentes na inserção dos trabalhadores domésticos nos mercados de trabalho regionais, ainda que não se possam distinguir, com precisão, quantas delas decorrem da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013 (PEC das Domésticas) e o quanto são determinadas pelos movimentos da conjuntura econômica do país. A categoria, por sua vez, quantitativamente relevante, é caracterizada por ainda ser uma das mais importantes alternativas de inserção ocupacional feminina na sociedade brasileira.

Dados do IBGE (2016) revelam que em abril de 2016 havia 6.294.505 milhões de trabalhadores domésticos. Nesse cenário pós-implantação da PEC das domésticas em março de 2016, os trabalhadores domésticos com registro em carteira eram 2.169.529 e os que ainda se encontravam na informalidade somavam 4.050.975 milhões. Se compararmos com o período anterior a PEC em maio de 2015 quando o registro em carteira era de 1.917.267 milhões contra 4.083.991 milhões sem registro em carteira.

De acordo com Melo (1998, p. 1), “o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras”.

Nesse sentido, Dutra (2012, p. 2) “[...] observa que muitas mulheres ao redor do mundo acabam decidindo migrar como alternativa para escapar das situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho”.

Caracteriza-se essa ocupação como uma das mais precárias do universo laboral, justamente por padecer de alto grau de preconceitos sociais e culturais, oriundos da atribuição imputada às mulheres em relação aos afazeres domésticos, sendo as trabalhadoras desvalorizadas socialmente, sofrendo discriminação étnico-social.

Portanto, ao abordar a questão do trabalho doméstico é necessário elencar a discussão em torno das relações de gênero. Para Saffiotti (1999) o conceito de

gênero no trabalho doméstico está intimamente relacionado com a questão de classe social, pois a mulher que trabalha como empregada exerce essa tarefa para outra mulher com um poder aquisitivo maior que o seu.

A divisão sócio sexual como constata Nogueira (2010, p. 59), “[...] expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, na desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo”.

Para Durham (1984) a posição da mulher na sociedade está condicionada pela divisão sexual do trabalho que se reproduz no âmbito familiar. Segundo ela, a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos está presente, historicamente, em todas as sociedades humanas. O que não quer dizer que as formas dessa divisão sexual são idênticas. Na verdade são extremamente variadas no tempo e no espaço, assim como é variada também a rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e próprias às mulheres.

Do ponto de vista das relações de gênero, convencionou-se atrelar trabalho doméstico à mulher, como algo já naturalizado. A perspectiva geracional concatena com os papéis desempenhados pela geração familiar, uma vez que é transmitido por avó-mãe-filha. E ainda muitos autores abordam o fenômeno de racialização no trabalho doméstico, onde se verifica o estigma nas relações entre os agentes sociais do trabalho doméstico.

Outro aspecto importante que não é abordado na maioria dos estudos é a questão regional. Sabemos que, num país de dimensão continental como o Brasil, a cultura e as características de cada região não tendem à homogeneidade. São identidades diversas, que geram comportamentos e atitudes diferenciados por parte da população e que deveriam ser incluídas na interpretação das pesquisas em relação às mulheres que trabalham em funções domésticas.

Nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais chama atenção o maior grau de informalidade do trabalho doméstico: as domésticas mensalistas sem carteira assinada representam mais da metade dessas trabalhadoras (BOLETIM PAD/FJP, 2011).

Este fenômeno social se apresenta recôndito no seio da sociedade brasileira atual, mesmo quando ganha visibilidade por envolver questões relativas às mulheres permanece sendo tratado por vieses binários de interpretação das desigualdades. Conforme aponta Crenshaw (2002, p. 174), “há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça”.

Entretanto, Piscitelli (2008) explicita seus pressupostos dizendo que a teoria

das interseccionalidades permite diversas abordagens e assim ao articulá-la com as diferenciações vão variar em função de como se pensa a diferença e poder. “Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Logo, este texto procura evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas por mulheres rurais que migram para as cidades em busca por trabalho e consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade vivenciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo. O artigo procura demonstrar como as interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres podem vislumbrar uma maior capacidade de agência (possibilidade de ação do sujeito) e contribuir como ferramenta analítica para a compreensão da articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

2 | NOTAS METODÓLOGICAS

Esse artigo pretende através de uma abordagem qualitativa dialogar com as diferentes áreas das Humanidades, por meio de um debate importante sobre trabalho/gênero, relacionado a uma pesquisa de campo. Na visão de Paula (2009, p. 33), “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

As migrações podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica “clássica” de Paul Singer, que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por José de Souza Martins em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade social.

A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

A comunidade de Muquém em Mirabela-MG foi escolhida como sendo um dos locais, pois segundo Fonseca (2010, p. 2) “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

O **Quadro 1** caracteriza as entrevistadas que têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos. A maioria são naturais de Mirabela-MG e uma é natural de Patis-MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas, e quatro solteiras.

Os rendimentos variam de 800,00 reais a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto, abandonaram ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

Entrevistada	Idade	Naturalidade	Idade de chegada
Aparecida	21 anos	Mirabela-MG	16 anos
Janaína	20 anos	Mirabela-MG	15 anos
Penha	23 anos	Mirabela-MG	17 anos
Marilda	27 anos	Mirabela-MG	19 anos
Lídia	28 anos	Patis-MG	18 anos

Quadro 1. Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Fonte: Guélmer Faria (2014)

Deste modo, as trajetórias destas mulheres mostraram que as migrações não são meros deslocamentos demográficos num determinado território, mas, sobretudo pensar nessa trajetória a partir do espaço entre o partir e o ficar. Com base na trajetória e nos dados da pesquisa, foi construído um fluxograma (**Figura 1**), com o objetivo de demonstrar os elementos que aparecem no processo migratório, identificando a origem (Muquém), o destino (Montes Claros) e o trabalho doméstico (intermediário).

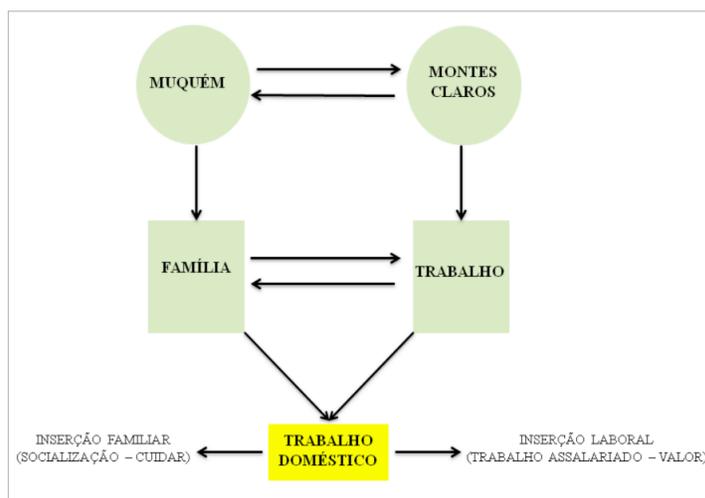


Figura 1. Fluxograma da trajetória das migrações femininas

Fonte: Guélmer Faria (2014).

3 I AS INTERSECCIONALIDADES DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS DE MULHERES

Atualmente, o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, evidencia o recrutamento de trabalhadores para certos setores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado o apelo a fluxos contínuos e intensos de migração feminina (WALL et al., 2008, p. 604).

Para Lisboa (2007, p. 154), via de regra, ocorre um fluxo predominante de certos países para outros, geralmente em função dos processos seculares de colonização: as norte-africanas vão trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, dominicanas e outras latino-americanas vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as Filipinas e indonésias são as preferidas na Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, da Eritrêia ou da Etiópia, vão trabalhar na Grécia e na Itália; por sua vez as polonesas e russas têm ido em número cada vez maior para França, Itália, Alemanha e Espanha.

É também nesse sentido que se identifica “a existência de cadeias globais de cuidados (*care*), referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados – prestados a crianças, idosos e doentes – protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações” (WALL et al., 2008, p. 604).

Em relação às migrações internas no Brasil de mulheres para o trabalho doméstico urbano, Lisboa (2007, p. 810) apontou como motivos as seguintes questões:

- 1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

A experiência de mulheres migrantes rurais é sentida por aspectos que não podem ser desconectados levando em conta uma ou duas categorias de diferenciação, tais como gênero e raça, por exemplo. Do ponto de vista de Piscitelli (2008, p. 269), à maneira de Scott (1998), pensando não em indivíduos “que

têm” experiências, mas em “sujeitos constituídos mediante a experiência”. Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Quando questionadas como se deu a sua transferência do campo para a cidade algumas falas das entrevistadas foram: “*Deu vontade. Eu via na minha comunidade, toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.*” (Aparecida, 21 anos).

Do ponto de vista de Crenshaw (2002, p. 176), a discriminação interseccional “é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação”. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível.

Portanto, a formação do discurso carrega em si o lugar de poder, Brah (2006) afirma que não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de trabalhadoras domésticas e patroas são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam (BRAH, 2006).

Minha patroa, ela é uma pessoa super legal, por ser mais nova ela não tem muitas manias, eu faço do jeito que eu quero o serviço. Trabalhar pra gente mais velha não dá, elas gostam das coisas do jeito delas. Eu adoro minha patroa. (Marilda, 27 anos).

De acordo com Bernardino-Costa (2015, p. 151), o conceito de interseccionalidade “é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades”. Crenshaw (2002) enfatiza como a interseccionalidade de raça, classe e gênero produzem opressões e desempoderamento. Quando se analisa os projetos de vida dessas mulheres o relato a seguir exemplifica a sobre carga de trabalho e de mudança de vida: “*Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser.*” (Janaína, 20 anos).

Na visão de Dutra (2012), são processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém muito efetivas. E a condição de gênero, o ser mulher, constitui-se a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantém a migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica. Algumas afirmam em suas entrevistas que sempre quando perguntadas se são

trabalhadoras domésticas, dizem que sim.

Falo sim. Na época que estamos vivendo se a gente não estudar não arranja nada, até pra ser doméstica tem que estudar, eu sou doméstica, minha mãe foi doméstica. Nosso trabalho é digno como de qualquer outra pessoa. (Lídia, 28 anos).

Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também. (Penha, 23 anos).

Consoante a este estudo, Bernardino-Costa (2015) chama atenção para a verificação da colonialidade do poder e a noção de interseccionalidade que permitem aprofundar o entendimento do sistema hierárquico e as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas. Não somente permitem entender uma naturalização – ou até mesmo um aprisionamento – do corpo e da imagem da mulher a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais), como também permitem perceber como alguns eixos de poder - raça, classe, gênero, idade – sobrepõe-se e se cruzam, gerando e reforçando opressões.

A análise da forma como distintos marcadores de diferença (**Quadro 2**), interagem entre si é fundamental para a compreensão das trajetórias das migrantes rurais trabalhadoras domésticas urbanas, pois a posição que essas mulheres ocupam na sociedade de acolhimento é resultado de um processo de interdependência de diversos eixos de diferenciação (LUGONES, 2008).

Diferenças	Características	Exemplos
Linguística	Chamar pelo nome Patroas: Sobrenome Empregada Doméstica: Primeiro Nome	Patroa: Dona, Oliveira Doméstica: Maria
	Referências nominais Chamar as empregadas domésticas por: moça, menina, rapariga, guria. Chamar as patroas por: senhora, dona, madrinha.	
Divisão espacial da casa	Divisão em área social e local de trabalho da doméstica (iniquidade ao direito de uso do espaço).	Piscina e sala de visita não são locais apropriados para empregadas.
	Controle do espaço de local de trabalho Tamanho e condições	“Lugar de empregada é na cozinha!”
	Tamanho e condições do quarto da empregada doméstica	Menor cômodo, sem ventilação e sem luz natural.
Maternagem	Tratamento da patroa em relação às empregadas como crianças, filhas.	Repassam roupas, sapatos, acessórios, móveis, acessórios usados.

Quadro 2. Diferenças entre patroas e empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Fonte: Organização própria a partir de Lisboa (2007).

Portanto, quando se fala nas várias formas de discriminação em relação à mulher, como, por exemplo, a mulher negra, a mulher pobre, a mulher migrante, a mulher portadora de deficiência, a mulher lésbica, a mulher doméstica, não necessariamente está se tratando de grupos diferentes de discriminação, visto que muitas vezes tais expressões de discriminação se mesclam, pois em alguns momentos a mesma mulher poderá a vir a sofrer, ao mesmo tempo as variadas formas de discriminação tendo em vista que tais grupos podem ser sobrepostos (CRENSHAW, 2013).

A experiência de mulheres migrantes rurais inseridas no trabalho doméstico urbano pode ser articulada, na visão de Brah (2006, p. 365), “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas na migração feminina de comunidades rurais para atuar no trabalho doméstico nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade vivida por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo.

Considera o trabalho doméstico como expressão da soma das desigualdades e ciclo histórico de desigualdade estruturante e de discriminação sistêmica um campo de análise para as interseccionalidades, pensando nas classificações, diferenciações e dimensões de forma relacional e articulada. Enfatizamos, ao longo do artigo, que os marcadores de diferença de classe, raça e gênero podem operar para gerar desigualdades, desvantagens, vulnerabilidade e opressões.

Assim, o problema do trabalho doméstico no Brasil permanece sob a roupagem de problema de classe, de gênero e de raça, aspectos até hoje associados e indissociáveis. Logo, as articulações entre essas esferas posicionam as migrantes em nível inferior, colaborando para sua inserção marginal no mercado de trabalho.

Finalmente, as negociações de construção de suas subjetividades nesse processo conflitivo, segundo Brah (2006), abrem possibilidades para a agência. De um lado a luta contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, a busca por valorização e reconhecimento da profissão, proporcionando maior empoderamento e visibilidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, jan./abril, p. 147-163, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

Boletim PAD-MG. **Mercado de trabalho e Gênero**, ano 1, n. 1, maio 2011 –.....Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.

_____. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2013. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/.../Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em 23 de mai. de 2015.

DUTRA, Delia. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade**. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2012.

DURHAM, Eunice Ramos. **A caminho da Cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de, MACEDO, Luiz Antônio Matos de. **Sociedade em desenvolvimento: as implicações sobre o trabalho doméstico**. Colóquio Internacional: Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT7.pdf>. Acessado em 23 de mar. 2015.

FONSECA, Gildete Soares. **Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses**. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LISBOA, Tereza Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 15, p. 805-821, set. /dez. 2007.

LUGONES, María. "Colonialidad y Género". **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MELO, Hildete Pereira. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 1998.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, Marília, ano 4, n. 6, p. 59-62, agosto de 2010.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 99ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). **O Trabalho Doméstico compõe a pauta de discussão da 99ª Conferência Internacional do Trabalho**. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229492.pdf. Acessado em: 15 de jun. 2015.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico**. [Periódico da internet] 2010. [Acesso em: 04/12/12] Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf. Acesso em: 23 mai. 2016.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. **TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais**. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Trabalho Doméstico Remunerado**, abril de 2015. Disponível em: www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014EmpregoDomestico.pdf. Acessado em: 14 de jun. 2015.

PISCITELLI, Adriana. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 1º Trimestre de 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf. Acessado em 13 de junho de 2015.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press, 1988.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WALL, Karin; NUNES, Cátia; MATIAS, Ana Raquel. **Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um crochê transnacional de serviços e cuidados no feminino**. Disponível em: www.ics.ul.pt/.../Karin%20Wall%20Publicações%202008%20nº.... Acesso em 8 de Julho de 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 22, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 144

C

Câncer de pênis 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Creche 130, 131, 133, 134, 135

Criança 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 87, 130, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

Cuidados de enfermagem 16

D

Desigualdades 10, 37, 41, 54, 55, 60, 73, 77, 106, 113, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 135

Ditadura Militar 72, 73, 75, 76, 77, 80

Diversidade sexual 2, 1, 10, 26, 30, 32, 42, 49

E

Educação 2, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 56, 109, 111, 112, 117, 124, 131, 133, 135, 136, 141, 143, 146, 147, 149

Educação em saúde 15, 16, 18, 20, 21, 22

Educadores 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Educandos 137, 140, 147

Enfermagem 7, 9, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 124

Escola 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 50, 83, 87, 131, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

F

Família 6, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 54, 75, 84, 87, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 132, 138, 141, 142, 143, 144, 146

Família contemporânea 31

Feminismo 42, 55, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 92

G

Gênero 2, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138

I

Igualdade 4, 10, 12, 44, 53, 74, 78, 79, 112, 113, 114, 135

Interseccionalidades 118, 122, 124, 127, 129

L

LGBTQIA+ 24, 25, 26, 27, 28, 29

Liberdade 13, 35, 46, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 92

Ludmilla 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94

M

Migrações rurais-urbanas 118, 122, 124

Militarismo 44, 45, 47

Modelo de parentalidade 31

Mulher 7, 8, 14, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 90, 92, 94, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 127

Mulheres 3, 6, 7, 8, 13, 14, 28, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

O

Opressão 26, 35, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 95, 110, 113, 125, 127, 138

Organização espacial 130

P

Pablo Vittar 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94

Polícia 44, 49, 52, 55, 56

Políticas públicas 78, 79, 81, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

População LGBTQIA+ 83

R

Relações de gênero 1, 7, 10, 11, 31, 80, 120, 121

Representatividade 54, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Resistência 45, 47, 49, 52, 72, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 108, 145

S

Sexualidade 2, 1, 7, 10, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 46, 55, 86, 87, 91, 95, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 149

T

Tabus 1, 22, 137, 139, 140, 145, 146

Trabalho doméstico 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129

V

Violência sexual 77, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Visibilidade 10, 23, 107, 109, 116, 121, 127

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 